

AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA E AMBIENTE NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA AMBIENTAL¹

Graziela Freitas Dourado²
Maria Izabel Vieira Botelho³

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca de determinadas concepções de natureza, primeiramente, ressaltando algumas das principais continuidades e rupturas nas significações de natureza no campo da história. Posteriormente, faz-se uma discussão relacionada ao contexto brasileiro apresentando reflexões sobre natureza e ambiente presentes em alguns clássicos das ciências sociais do Brasil. Finalmente, o foco será direcionado às concepções, percepções, visões e significações da natureza e do ambiente da região semiárida do país. Almeja-se contribuir para a compreensão histórica da relação sociedade-ambiente, ao menos no que diz respeito às concepções, percepções ou visões agregadas à natureza e ao ambiente do semiárido brasileiro. Pretende-se provocar reflexão sobre a necessidade de se alcançar uma melhor compreensão histórica da relação sociedade-ambiente, sobretudo em contextos locais, para um maior entendimento da questão ambiental contemporânea. Desta forma, acredita-se que a História Ambiental local possibilita um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas, o que é uma demanda urgente no caso do semiárido brasileiro.

Palavras-chave: Percepção do Ambiente, História Ambiental Local, Ambiente Semiárido.

¹Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no programa de Pós-graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa.

²Graduada em Engenharia Ambiental (UFV). Mestra em Extensão Rural (UFV). E-mail: graziela_dourado@hotmail.com

³Graduada em Ciências Econômicas (PUC/SP). Mestrado em Sociologia Rural (Unicamp). Doutorado em Sociologia pela (UNESP). Professora Associada da Universidade Federal de Viçosa. Pós-doutorado em Sociologia do Desenvolvimento Rural pela Universidade de Wageningen, Holanda. E-mail: mbotelho@ufv.br

CONCEPTIONS OF NATURE AND ENVIRONMENT IN THE BRAZILIAN SEMIARID ZONE: CONTRIBUTIONS OF ENVIRONMENTAL HISTORY

ABSTRACT

This article presents a literature review concerning on some conceptions of nature. The discussion starts with some of the main continuities and ruptures on the meanings of nature in History. Subsequently, the discussion is brought to Brazil's context, and its reflections on the concept of nature and environment found in some classics of Brazilian social sciences. Finally the focus turns to the understanding of perceptions, visions, and meanings of nature and environment in the semiarid zone of Brazil. This article aims to contribute to the historical comprehension of the relationship between society and environment, at least with regard to the conceptions, perceptions, or visions aggregated to the Brazilian semiarid nature and environment. It is intended to provoke thought about the necessity of achieving a better historical understanding of the relationship between society and environment, especially in local contexts. Therefore, it is believed that the *local Environmental History* provides a better understanding of contemporaneous environmental issues as a reflection of past actions, which is an urgent demand in Brazilian semiarid region.

Keywords: Perception of the Environment, Local Environmental History, Semiarid Environment.

1. INTRODUÇÃO

Inúmeros foram e são os esforços, realizados a partir de diferentes áreas do conhecimento, para explicar e decifrar a natureza. Desde o século XVII, a ciência lança seus olhares para o mundo natural (THOMAS, 1996) e, ao longo do tempo, estes olhares sofreram numerosas e complexas modificações.

Na segunda metade do século XX, especificamente na década de 1960, e, no caso brasileiro, na década de 1970, questões ambientais invadem a literatura científica e não científica (GARCÍA, 1999; SOUSA, 2005; FERREIRA, 2006; entre outros). Esta popularização do tema ambiental, que teve como causa a intensificação dos impactos negativos do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, foi protagonizada por um termo que se tornou jargão em diversas áreas do conhecimento: a sustentabilidade. Este termo, carregado de definições bastante amplas e, em muitos casos, demasiado vagas, possui uma debilidade conceitual que implicou, na maioria das vezes, em um retrocesso fatídico ou divagações argumentativas.

Várias foram as tentativas no intuito de esclarecer e objetivar tal conceito, o que levou a muitas discordâncias e, pode-se dizer, a um importante consenso: a impossibilidade de tratar a questão ambiental sob um único ponto de vista. A questão ambiental contemporânea exige um olhar inter, multi e, mesmo, transdisciplinar. Exige um tratamento dos problemas de modo integrado, "para além das disciplinas e das especialidades que caracterizam a ciência e a tecnologia moderna" (FERREIRA, 2006, p. 97), pois, na grande maioria dos casos, a sustentabilidade se refere a múltiplas realidades, muitas delas conflitantes. Desta forma, em concordância com Caporal et al. (2006), acredita-se ser mais adequada e prudente a utilização do termo mais sustentáveis em substituição ao antecedente.

Ademais, pode-se falar também em sustentabilidades já que há diferentes aplicabilidades do termo, referindo-se, inclusive, a realidades distintas e conflitantes.

Em relação às dimensões da inter, multi e transdisciplinaridade da questão ambiental, a ampliação dos estudos sobre o tema, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, algumas vezes de forma articulada, implicou também na diversificação e aumento da complexidade das análises. Pois, percebe-se a heterogeneidade e a subjetividade da forma como se dá a relação da sociedade com o ambiente, na atualidade e nas diferentes culturas. No que se refere aos estudos sobre a relação sociedade e ambiente, sobretudo em termos de pesquisas em Extensão Rural como esta, tem-se uma gama enorme de abrangências e de vieses possíveis. Sejam eles empenhados na resolução de conflitos ambientais (DIEGUES, 1997); na gestão e manejo de recursos naturais comuns ou unidades de conservação (DIEGUES, 2001; OSTROM, 2012); na formulação e avaliação de políticas públicas referentes a questões ambientais (CARVALHO et al., 2009); na legislação ambiental (PEREIRA, 2010); na busca por formas mais sustentáveis de produzir alimentos (CAPORAL et al., 2006) ; no embate entre saberes locais e científicos entre muitos outros (BUIJS, 2009).

Tendo em vista a relevância e atualidade destes diversos temas e a necessidade de se articular diferentes áreas do conhecimento para o enfrentamento dos problemas ambientais contemporâneos, acredita-se ser imprescindível uma melhor compreensão histórica da relação sociedade-ambiente. Isto porque tal compreensão permite uma reflexão sobre os rumos tomados pelas sociedades em determinados contextos e possibilita um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas. Deste modo, aspira-se, por meio deste artigo, provocar uma reflexão sobre esta compreensão histórica no que diz respeito a concepções, percepções ou visões agregadas à natureza e ao ambiente do semiárido brasileiro. Para tanto, será apresentada uma revisão bibliográfica acerca de algumas concepções de natureza, primeiramente, ressaltando algumas das principais continuidades e rupturas nas significações de natureza na História. Posteriormente, a discussão direciona-se ao contexto brasileiro, apresentando algumas reflexões sobre natureza e ambiente presentes em alguns clássicos das Ciências Sociais brasileira. E, finalmente, o foco será direcionado às concepções, percepções, visões e significações da natureza e do ambiente da região semiárida do Brasil.

Vale lembrar, ainda, que foi realizado um esforço de uma construção analítica de caráter interdisciplinar. Por isso, algumas áreas científicas, além da História, foram essenciais para o suporte deste estudo, como a Sociologia (DIEGUES, 2001; LIMA, 1998; MARTINS, 2000; FERREIRA, 2006; SANTOS, 2008; BUIJS, 2009; SANTOS et al., 2010; SILVA, 2012); a Geografia (AB'SABER, 2003; CLAVAL, 2007; MIRANDA, 2012; PROJETO GEOGRAFAR, 2012); a Antropologia (INGOLD, 2000; VELHO, 2001) a Agroecologia (CAPORAL et al., 2006) e outras.

2. ALGUMAS CONCEPÇÕES DE NATUREZA AO LONGO DA HISTÓRIA

Estudos históricos mostram que a concepção de natureza tem mudado ao longo do tempo e nas diferentes culturas (THOMAS, 1996; BUIJS, 2009; INGOLD, 2002). A análise de artefatos culturais, pinturas, obras literárias, documentos históricos, etc. possibilitou uma melhor compreensão da forma como sociedades lançam seus olhares sobre a natureza (THOMAS, 1996; BUIJS, 2009). Estes estudos mostram como a conceituação de natureza, os significados e valores atribuídos, as emoções evocadas e a preferência por tipos específicos de paisagens dentro de um dado período histórico são construções sociais (BUIJS, 2009). Outros estudos (por exemplo, INGOLD, 2002), argumentam como a interação com a

natureza, mais que a construção social de um conceito, influencia na percepção das pessoas sobre o ambiente. Desta forma, sobretudo nas culturas ocidentais, as dinâmicas das percepções, visões ou representações sobre a natureza estão relacionadas a mudanças teológicas, culturais, científicas e políticas (THOMAS, 1996; BUJJS, 2009).

É gritante a discrepância entre as percepções ocidentais e orientais a respeito do ambiente natural. Culturas como a Hindu atribuem significados sagrados à natureza (RIBEIRO, 2003). Para alguns autores, a visão oriental da natureza e a sensibilidade quanto à sua proteção eram tidas como “[...] obstáculo desencorajador ao império do homem sobre as criaturas inferiores” (Robert Boyle *apud* THOMAS, 1996). Outros autores apontaram o cristianismo ocidental como “a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu” (Lynn White *apud* THOMAS, 1996), pois, segundo os preceitos do cristianismo, Deus criara a natureza para servir ao homem. Entretanto, não se pode culpar apenas a religião pela devastação ambiental. Em sua análise sobre o pensamento marxista referente à relação homem/natureza, Thomas (1996) irá afirmar que, “como notaria Karl Marx, não foi sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorarem o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram” (THOMAS, 1996, p. 29). Não se pode, tampouco, culpar somente o capitalismo pela devastação da natureza. Mas os valores inerentes aos modelos socioeconômico e religioso apontados podem, sem dúvidas, ser considerados marco histórico no que se refere à formação do pensamento humano ocidental e às representações sociais sobre a natureza. Não é, de forma alguma, foco desta discussão fazer um julgamento sobre o verdadeiro significado da Bíblia ou o questionamento sobre o cristianismo ser ou não “intrinsecamente antropogênico”. Contudo, concomitante com a argumentação de Thomas (1996) em *O Homem e o Mundo Natural*, houve durante um longo período da história ocidental um forte predomínio das representações sobre a dominação do homem sobre a natureza “e não a [sua] gerência” (THOMAS, 1996, p. 30).

Além das abordagens apontadas, pensadores como Platão, Aristóteles, Hobbes e Descartes podem ser considerados propulsores do pensamento predominante sobre o mundo natural desde o século XVI ao XVIII (THOMAS, 1996). Pensamento que influenciara e influenciará a atribuição de sentimentos e valores em relação à natureza, justificando a sujeição do mundo natural à superioridade e distinção humana (THOMAS, 1996). “Aos animais, que tornamos nossos escravos não gostamos de considerar como semelhantes”, afirmaria Darwin no século seguinte (Charles Darwin *apud* THOMAS, 1996, p.42).

Thomas (1996) chama a atenção para o fato de a distância entre este pensamento erudito e o pensamento das pessoas comuns ser imensa e que, entretanto, “consciente ou inconscientemente”, a distinção central entre homens e animais fundamentava o comportamento de todos (THOMAS, 1996, p.43). Segundo o autor, o racionalismo cartesiano deste período, especialmente do século XVII, fez dos homens senhores e possuidores da natureza. De forma que,

[...] na Inglaterra dos inícios da modernidade era usual considerar o mundo como feito para o homem, e todas as outras espécies como subordinadas a seus desejos. É preciso agora ver de que forma tal pressuposto foi sendo gradualmente minando por uma combinação de processos, alguns dos quais já agiam quando o período começou, outros que emergiram com o correr do tempo. Desses processos, o primeiro foi o desenvolvimento da história natural, o estudo científico dos animais, dos pássaros e da vegetação (THOMAS, 1996, p. 61).

As Ciências Naturais do século XVIII, por meio de tendências classificatórias, tomavam as plantas e os animais a partir de critérios funcionalistas como utilidade, comestibilidade e periculosidade (THOMAS, 1996; SANTOS, 2008). Ainda em relação à postura científica, segundo Thomas (1996), desde o final do século XVII, os conhecimentos locais passaram a ser vistos como “erros populares” ou “erros vulgares” e tornou-se “agressivamente racionalista”. Este mesmo autor argumenta que o final do século XVII foi “um período decisivo na separação das visões popular e erudita do mundo da natureza” (THOMAS, 1996, p. 95). No entanto, como se exemplifica no trecho abaixo, as visões de natureza nunca foram exatamente consensuais:

O século XVII e XVIII presenciaram uma ruptura fundamental com os pressupostos do passado. Ao invés de perceber a natureza em termos basicamente de suas analogias e semelhanças com o homem, os naturalistas começam a tentar estudá-la em si própria. De forma alguma foram indiferentes aos usos humanos da natureza, mas não faziam deles o centro de suas percepções. [...] Os cientistas descartaram a crença de que os fenômenos naturais deviam ser entendidos em termos de seu significado humano, bem como atacaram o erro vulgar segundo o qual as aves, animais e plantas podiam reagir simpaticamente ao comportamento do homem. A convicção de que animais e vegetais tinham um sentido religioso e simbólico permaneceu artigo de fé para muitos camponeses da era vitoriana, mas perdeu apoio de intelectuais; as pessoas cultas passavam agora a acreditar que o mundo da natureza tinha existência própria e independente, e assim devia ser percebido. [...] Não obstante, [...], ao mesmo tempo em que era afastada pelos cientistas, a velha visão voltava, sorrateira, na falácia [...] dos poetas e viajantes românticos, a quem a natureza servia de espelho para seus próprios estados de espírito e de emoções (THOMAS, 1996, p. 108).

Segundo Buijs (2009), três diferentes visões sobre a natureza podem ser reconhecidas nas culturas ocidentais: a natureza funcional (*Functional nature*), a natureza Arcade (*Arcadian nature*) e a natureza selvagem (*Wilderness nature*). A visão funcional da natureza nasce de um pensamento religioso, em que Deus criou a natureza para servir ao homem. Esta visão teológica do mundo gradualmente foi substituída por uma visão racional, onde apenas a ciência poderia compreender a complexidade da natureza. De ambas as formas, os homens vinham em primeiro lugar, e mesmo a importância dada à proteção da natureza estava submetida às necessidades humanas. A visão arcade da natureza pode ser identificada em diferentes períodos históricos. Desde os anciões gregos, elites culturais e políticas descrevem a natureza como algo puro e ideal. Esta visão, que se assemelha muito à ideia romântica de natureza, coloca em foco sua dimensão expressiva e afetiva, de experimentação da beleza e das emoções evocadas por ela. Contudo, segundo Buijs (2009), além deste foco, o conceito romântico era caracterizado também pelo interesse pelo exótico, heterogêneo e selvagem. E, sobre a visão da natureza selvagem, pode-se dizer que somente após o Romantismo – e seus valores modernos – a natureza em seu estado selvagem passa a ser vista como algo não assustador e bonito: “Only when one is no longer dependent on nature, can one start to appreciate it” (BUIJS, 2009, p. 51).

Para um melhor entendimento da visão de natureza nos dias de hoje, o ressurgimento da visão de natureza Arcade durante o Romantismo (aproximadamente entre 1790 e 1850) é importantíssimo, pois foi neste período que surgiram questionamentos filosóficos, éticos e estéticos da percepção da natureza encontradas na atualidade (THOMAS, 1996).

Thomas (1996, p. 217) afirma que o triunfo de uma nova atitude, mais sensível ao mundo natural, “esteve estritamente vinculado ao crescimento das cidades e à emergência de uma ordem industrial [...]”, não somente no que diz respeito à apreciação da natureza, mas também à preocupação moral com os maus-tratos aos animais e à devastação abusiva da vegetação. Para este autor, à medida que a vegetação e “os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção”, este novo sentimento e nova sensibilidade puderam aflorar (THOMAS, 1996, p. 217). Sobre a relação do homem com as árvores e a vegetação em geral, o autor afirma que,

Hoje em dia, quando as matas encolheram a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente: consideramos que é melhor plantar árvores que derrubá-las. É no início do período moderno que repousam as origens dessa nova atitude. Evidentemente, não houve uma [...] guinada dramática da destruição para a preservação de árvores. Não obstante, o surgimento de uma atitude mais simpática para com elas é um fato incontestável (THOMAS, 1996, p. 235).

Thomas (1996) estudou o período entre os anos 1500 e 1800 na Inglaterra e afirma que durante este recorte temporal ocorreu uma série de transformações na maneira pela qual “homens e mulheres, de todos os níveis sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor” (THOMAS, 1996, p. 18). Buijs (2009), por sua vez, realizou sua pesquisa a respeito das representações sociais sobre a natureza emitidas pelos holandeses da sociedade atual, a fim de tirar conclusões sobre a gestão de espaços naturais públicos e, entre outros resultados, o autor chegou à conclusão que “atitudes públicas negativas estão normalmente baseadas não na resistência à mudança” de pensamento e atitude em relação à natureza “ou na falta de conhecimento sobre biodiversidade, mas nas divergentes visões de gestão da natureza” (BUIJS, 2009, p. 215). Estas pesquisas, apesar de se tratarem de estudos específicos e realizados em contextos distintos, contribuem para uma melhor compreensão histórica das concepções e percepções de natureza. Por meio da compreensão da História, é possível apreender valores e significados de uma sociedade e de um tempo associados, no caso específico deste artigo, à natureza e ao ambiente⁴.

⁴ Segundo Ingold (2002), o conceito de ambiente não pode ser nunca confundido com o conceito de natureza, pois, para este autor, “O mundo pode existir enquanto natureza somente para o ser que não pertence a ele, e que pode olhá-lo, da forma que um distante cientista, desde uma distância tão segura que é fácil conviver com a ilusão de que o mundo não é afetado por sua existência”. Ou seja, existe uma diferença primordial entre ambiente e natureza, que seria o fato de no ambiente existir uma intrínseca relação entre este e seu habitante; já na natureza existe uma distância grande o suficiente para que esta relação não seja percebida ou nem mesmo exista. Por isso, optou-se por utilizar o termo *sociedade-ambiente* e não *sociedade-natureza*. Como alguns autores utilizam o conceito de natureza com o significado almejado aqui, em alguns momentos nos referimos à *natureza e ao ambiente* para deixar clara a intenção de analisar o ambiente natural (natureza) fortemente relacionado aos sujeitos que nele vivem (ambiente).

3.A SOCIEDADE E O AMBIENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, as primeiras publicações mais relevantes sobre o tema da relação sociedade-ambiente datam da década de 1980 (FERREIRA, 2006). Entretanto, esta reflexão esteve presente, mesmo que de forma tangencial, no pensamento social brasileiro desde o século XVIII (PÁDUA, 2002). Diferentes autores trataram do tema em suas obras, por meio de diferentes abordagens. As obras de Gilberto Freyre, especialmente aquelas da década de 1930, como *Nordeste*, são consideradas marco na tentativa de compreender o papel que a natureza representa na vida dos brasileiros (SANTOS, 2008). Segundo Santos (2008), em estudo sobre as “Naturezas de Freyre”,

o tema ecologia é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista para pensar os “modos de ser” do Nordeste num período de intensa transformação social e econômica. Este esforço de pensar um outro Nordeste coaduna-se com um esforço mais amplo de pensar o país a partir de suas peculiaridades, de sua distância – social, cultural, econômica, ecológica – da Europa, do ocidente (SANTOS, 2008, p. 16).

Segundo a autora, a região Nordeste, tida como “signo do ‘atraso’ do país e de um mundo que estava fadado a desaparecer”, foi locus de um dos movimentos de reativação cultural, que ficou conhecido como “movimento regionalista tradicionalista” (SANTOS, 2008, p. 16). Neste sentido, Freyre tinha como proposta uma “sociologia sui generis”, tropical e brasileira que acompanhava uma leitura interpretativa da formação social do Brasil em que “o nãoeuropeísmo, o trópico e o exótico [eram] elementos chaves” (SANTOS, 2008, p. 17). Uma Sociologia na qual as questões socioambientais intrínsecas à formação social do Brasil eram tidas não apenas como os efeitos do projeto colonizador sobre “o meio ambiente dos trópicos”, mas como a configuração dessa ação sobre nossa sociabilidade (SILVA, 2012).

Neste caminho de compreensão da relação sociedade-ambiente no Brasil, dois outros autores, Pádua (2002) e Dean (1996), ambos historiadores, trazem importantes contribuições. Estes autores dedicaram seus esforços à História Ambiental, ou seja, aos estudos históricos cuja ênfase centra-se nos acontecimentos históricos que modificaram e, ao mesmo tempo, foram modificados pelo ambiente. Duas das obras destes autores citados, *Um sopro de destruição* e *A ferro e fogo*, respectivamente, tratam de estudos sobre a História Ambiental brasileira.

Pádua (2002) chama atenção para a presença de um pensamento crítico sobre o problema da destruição do ambiente natural, já nos séculos XVIII e XIX, ao contrário do pensamento convencional, que aponta a emergência desta reflexão crítica apenas na segunda metade do século XX. Ao realizar suas pesquisas, o autor se surpreende com o número de pensadores brasileiros preocupados com a questão ambiental, como foi o caso de intelectuais como Joaquim Nabuco e José Bonifácio. Nesse sentido, é importante frisar que este pensamento crítico ambiental esteve sempre acompanhado de um discurso político, cientificista, antropocêntrico e economicista, que, segundo Pádua (2002), foi herdado do ideário iluminista do século XVIII. Desta forma, não se via a destruição do ambiente como se vê hoje, como um “preço do progresso” e sim como um “preço do atraso” (PÁDUA, 2002, p. 13). Ou seja, a crítica ambiental identificada por Pádua (2002) referia-se à herança colonial de extrema exploração do território, à falta de planejamento e de preocupação com as consequências no ambiente existentes e, por outro lado, era carregada de um discurso progressista que defendia a modernização das práticas em vista do menor impacto no ambiente.

Pádua (2002) afirma que existiam, no Brasil, quatro visões dominantes sobre a natureza:

1) a visão que desvalorizava o meio natural e não se importava com sua destruição, seja pela indiferença ou pela desqualificação ativa [...]; 2) a visão que reconhecia a grandeza do meio natural, mas considerava que sua exuberância excessiva impedia o pleno desenvolvimento da sociedade humana [...]; 3) a visão que louvava a pujança do meio natural, mas considerava a sua destruição um preço a pagar pelo progresso [...]; 4) a visão que louvava intensamente o meio natural em termos abstratos e retóricos, ao mesmo tempo em que ignorava o seu desaparecimento concreto (PÁDUA, 2002, p. 28).

Estas visões trazem à tona mais uma questão levantada pelo autor que se refere à dificuldade de pôr em prática a crítica ambiental proposta por ditos intelectuais brasileiros – apesar de muitos deles ocuparem cargos influentes – no intuito de frear a devastação do ambiente. De acordo com o autor, esta dificuldade se dava em função do choque entre as ideias destes pensadores e os interesses imediatos da elite socioeconômica brasileira (PÁDUA, 2002).

Dean (1996), por sua vez, teve como objetivo uma abordagem distinta. O autor procurou realizar “[...] um estudo da relação entre a floresta e o homem” (DEAN, 1996, p. 28), entre a Mata Atlântica e a sociedade brasileira. Esta análise torna-se interessante para a compreensão histórica da concepção de natureza no Brasil à medida que a história da Mata Atlântica – ou da devastação da Mata Atlântica, como ressalta o autor – coincidiu com o período de formação do Brasil e, desta forma, expressa a forma com que o brasileiro se relacionou com o ambiente natural desde 1500 até os dias de hoje. Como o título de sua obra sugere, a história de ocupação do litoral brasileiro ou a história da Mata Atlântica foi regida a “ferro e fogo”.

A expressão popular a ferro e fogo que inspirou o título do livro de Dean (1996) aparece, também, nas obras de Freyre, quando este discorre sobre a relação da cana-de-açúcar com a paisagem do Nordeste, ao afirmar que o litoral nordestino foi “um espaço territorial erigido a ferro, a fogo e à escravidão” (SILVA, 2012, p. 7, grifos adicionados). Em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, clássico da literatura brasileira, a expressão aparece novamente com a função de adjetivar a relação do homem com o ambiente, sinalizando uma relevância e preocupação em torno da agressividade histórica do homem para com ambiente natural brasileiro.

Esta preocupação dominou-o por muito tempo. Mostram-no-lo as cartas régias de 17 de março de 1796, nomeando um juiz conservador das matas; e a de 11 de junho de 1799, decretando que “se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas [...] que tanto abundavam e já hoje ficam a distancias consideráveis etc.” (CUNHA, 1903, p. 34, grifos adicionados).

Através de uma ampla investigação histórica, Dean (1996) aponta os vários períodos da biografia brasileira – como a era do ouro, do diamante; a introdução do gado; a expansão do café e até mesmo aspectos como a dificuldade de lidar com a presença de formigas cortadeiras – que resultaram, na década de 1990, em apenas quase 10% remanescentes de Mata Atlântica. O relatado pelo autor se traduz na forte correspondência entre a formação e ocupação do Brasil e a devastação do ambiente natural. Fato que, segundo Ferreira (2005), culminou em uma das questões centrais que têm orientado as pesquisas em Sociologia Ambiental no Brasil: “como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuarem em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?” (FERREIRA, 2005, p. 110).

Resta-nos, então, compreender como se deu a relação sociedade-ambiente em um nível ainda mais local, o semiárido brasileiro, buscando compreender quais

acontecimentos influenciaram os caminhos tomados e como estes interferiram nas relações.

4. A SOCIEDADE, O AMBIENTE SEMIÁRIDO E OS SERTÕES

Data de 1847 a primeira publicação sobre o tema “o sertanejo e as secas”, ou sobre questões sociais da seca, na região semiárida brasileira (AB’SABER, 1999). Campos e Studart (1997)⁵ citam, neste sentido, uma célebre frase de Dom Pedro II: “venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome”, fazendo alusão ao fortalecimento da infraestrutura hídrica do Nordeste como política de convivência com as secas, praticada desde os tempos do Império. Há uma enorme disponibilidade de literatura técnica, científica e literária sobre os temas das secas, do semiárido e do sertão nordestinos, fato que ilustra a imensa relevância e, inclusive, atualidade do tema, seja em termos ambientais, econômicos, sociais, etc.

Nota-se, no entanto, uma mudança na tendência dos estudos sobre esta temática, que antes eram voltados para o “combate à seca” e agora se tem como objetivo a “convivência com o semiárido” (SILVA, 2006; VELLOSO, 2000). Esta mudança reflete um avanço em termos técnicos e políticos. Porém, ainda há um longo caminho a se percorrer e muitas pesquisas se tornam, assim, necessárias.

Sobre esta temática, é pertinente chamar atenção para os distintos usos da palavra *sertão* disponíveis na literatura. Segundo Lima (1998), a etimologia da palavra *sertão* refere-se à palavra *deserto* ou *desertão*, de forma a conotar dois significados, um espacial e outro social. O primeiro significado diz respeito à localização espacial longínqua, o interior do país, última parte a ser ocupada e colonizada. E o segundo, à dispersão populacional, a um local pouco povoado (LIMA, 1998). Ainda segundo a autora, pode-se encontrar na literatura brasileira três definições distintas de *sertão*: 1) áreas despovoadas do interior do país (pertencentes a qualquer região brasileira); 2) atividade econômica e padrões de sociabilidade da chamada “civilização do couro”; e 3) à área semiárida do nordeste brasileiro. A compreensão desta miscelânea de significados, sobretudo os significados de *sertão* e *semiárido*, ajuda a entender a história brasileira, e alguns dos significados e valores simbólicos atribuídos ao semiárido e ao ambiente semiárido.

O *sertão* foi ignorado, “De sorte que sempre evitado, aquele *sertão*, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo”, assim afirmou Euclides da Cunha em *Os Sertões* (CUNHA, 1903, p. 16). Este clássico da literatura brasileira dedica seus dois primeiros capítulos à descrição d’A TERRA, do ambiente do *sertão* e d’O HOMEM, o sertanejo. No primeiro capítulo, ao descrever o ambiente do *sertão*, Euclides da Cunha chama atenção para a dicotomia perceptível ao longo do ano: “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes[...]” (CUNHA, 1903, p. 31). Euclides da Cunha reitera, ainda: “Da extrema aridez à exuberância extrema”, pois para o intelectual brasileiro “a morfologia da terra” do *sertão* violava “as leis gerais dos climas” ao permitir que dois ambientes contrastantes existissem em um mesmo ambiente (CUNHA, 1903, p. 32).

O autor traz outra interessante observação, desta vez, no capítulo em que descreve o homem, denunciando, assim como Dean e Freyre, o estabelecimento de uma relação “a ferro e fogo” com o ambiente. Deste modo, Cunha (1903) afirma:

⁵CAMPOS, J.N. B.; STUDART, T.M.C., 1997. Droughts and water policy in Northeast of Brazil: background and rationale: water policy. Universidade de São Paulo, São Paulo. Vol. 11(29): 127-154. Citado por Cirilo et al. (2009).

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável — o homem. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos. Começou isto por um desastroso legado indígena. Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental — o fogo. [...]

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder. Engravesceu-o ainda com o adotar, exclusivo, no centro do país, fora da estreita faixa dos canaviais da costa, o regímen francamente pastoril.

Abriam-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora.

Abria-os, de idêntico modo, o fogo livremente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas violentas do nordeste. Aliou-se-lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. Afogado nos recessos de uma flora estupenda que lhe escurentava as vistas e sombreava perigosamente as tocaias do tapuia e as tocas do canguçu temido, dilacerou-a golpeando-a de chamas, para desafogar os horizontes e destacar bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam, balizando a marcha das bandeiras (CUNHA, 1903, p. 24).

O autor reflete sobre a forma predatória pela qual o homem se fixou no sertão, adicionando assim, fatores históricos e sociais à “aridez” do ambiente. “Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho” acrescenta o autor (CUNHA, 1903, p. 60). E chama atenção, ainda, para o fato de, primeiramente os índios e, posteriormente e, mais enfaticamente os colonizadores, terem desenvolvido uma forma devastadora de exploração do território brasileiro.

O autor traz, também, registros históricos sobre sucessivos decretos e cartas régias que, desde 1713, visavam “severa proibição ao corte das florestas” (CUNHA, 1903, p. 33), pois àquela época já se havia notado uma direta relação entre o desmatamento e o agravamento das secas do sertão nordestino. “Imaginem-se os resultados” refletia o autor “de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer de séculos” (CUNHA, 1903, p. 33).

A relação sociedade-ambiente no Nordeste brasileiro, sobretudo no nordeste semiárido, além da intensa exploração, semelhante ao resto do Brasil, se diferencia pela forte associação realizada (racional ou irracionalmente, consciente ou inconscientemente, concreta ou simbolicamente) entre o atraso regional e a aridez do ambiente (LIMA, 1998; VELLOSO, 2000; SOUSA, 2005; SILVA, 2012; IPEA, 2013; BURITI e AGUIAR, 2008; entre outros). Fato que pode ser justificado, como sugerem Buriti e Aguiar (2008) e Pietrafesa (2011), pela discrepância entre as paisagens semiáridas e a autorepresentação oficial do Brasil como “país verde”⁶.

Por outro lado, são crescentes e notáveis os esforços voltados à mudança desta forma de ver o semiárido. A tese de doutoramento, *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do*

⁶ Alguns autores chamam atenção para a relação existente entre a sensibilidade à conservação de matas e florestas tropicais e uma espécie de “imagem idílica de Éden terrestre”, fato que localiza biomas como a caatinga e o cerrado, devido a seus aspectos visuais, em posições menos favorecidas (BURITI, 2008; PIETRAFESA, 2011). Diegues (2001), também chama atenção para esta questão, ao criticar a utilização de valores estéticos ocidentais na tomada de decisão sobre a delimitação de Unidades de Conservação.

Desenvolvimento, defendida por Silva (2006), explicita este fato por meio da análise das políticas públicas destinadas ao semiárido nordestino, separando-as em três grandes momentos históricos:

- a) o período que compreende o processo de colonização e de ocupação do espaço Semi-árido, com a consolidação do complexo econômico sertanejo, até o primeira metade do século XX, quando crises climáticas pressionaram o governo para o combate à seca;
- b) a partir dos anos 1950, com as constatações do atraso econômico regional do Nordeste em relação ao centro-sul do país, a opção governamental foi pela modernização econômica, consolidando a política hídrica de suporte à irrigação e de reestruturação da grande propriedade rural, ao mesmo tempo em que se mantiveram as ações emergenciais nas secas;
- c) no final do século XX, com a constatação da ocorrência de mudanças na realidade econômica e social na região e, ao mesmo tempo, da permanência dos problemas sociais que se agravam nos períodos de estiagens prolongadas. Essas constatações são permeadas por novas propostas, em que as políticas regionais tendem a passar por mais um momento de transição, com a disputa entre diferentes concepções de desenvolvimento para o Semi-árido (SILVA, 2006, p. 34).

Semiárido já não se escreve da mesma forma, mas ainda vivenciamos este terceiro período e ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas. Pode-se acrescentar, nesta perspectiva, que estudos sociológicos e antropológicos, como por exemplo, reflexões sobre os meios de vida da população (SCHNEIDER, 2010) e sobre a adequação e continuidade das políticas públicas destinadas à região (SILVA, 2006).

Vem-se ampliando o espaço público não estatal atuante no contexto semiárido, a exemplo da ASA (Articulação do Semiárido), criada em 2001, e outras entidades que desenvolvem trabalhos e projetos atrelados ao desenvolvimento da região, desde ações autônomas até articulações com o governo e com a iniciativa privada. Esses novos atores políticos e sociais laçam um novo olhar, desta vez, direcionado à *convivência com o semiárido* e não mais ao combate à seca.

Entretanto, persistem e prevalecem os interesses privados mais poderosos (PONTES e MACHADO, 2009) e ainda são raras e dispersas as iniciativas de convivência com semiárido (ANDRADE et al., 2015). Além disso, é notável a associação da região como um local de atraso fortemente arraigada ao ambiente semiárido na concepção dos brasileiros e nas ciências sociais brasileiras (LIMA, 1998).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental versa sobre o papel e o lugar da natureza nas sociedades. Desta forma, esta área do conhecimento procura interpretar os fatos históricos a partir da realidade visualizada na paisagem. À medida que interliga aspectos naturais e físicos do ambiente com os aspectos socioculturais e político-econômicos, a História Ambiental busca a inter e a multidisciplinariedade. Com isso, atua como um grande pano de fundo de um determinado contexto e se revela um elemento capaz de imprimir uma maior coesão, conectando diferentes conceitos e temas abordados em muitos dos problemas ambientais contemporâneos.

O breve levantamento acerca das concepções de natureza e ambiente, ao longo da História, na sociedade brasileira e no semiárido, ilustram possibilidades de se fazer interlocuções entre diferentes áreas das ciências naturais e outras das ciências sociais. A partir do exposto, acredita-se serem necessárias mais pesquisas sobre uma História Ambiental local. Estudos com um foco na relação sociedade-ambiente com ênfase nas dimensões locais enriqueceria enormemente a compreensão de uma determinada realidade e um determinado problema.

Existe uma enorme carência por pesquisas na região semiárida brasileira, sejam elas de cunho técnico, econômico-político, socioculturais, etc. Sabe-se que a região apresenta uma fragilidade física e tendência à desertificação e degradação do solo, o que facilita a ocorrência de impactos ambientais, econômicos e sociais bastante negativos. Além disso, ainda há muito a se compreender acerca das percepções dos sujeitos, que lá residem, sobre o ambiente que os circunda. Ao passo que o principal objetivo da História Ambiental é compreender como a natureza afetou o ser humano e, igualmente, como as sociedades afetaram o ambiente, acredita-se que ela possa ser uma ferramenta fundamental para pesquisas sobre os diversos problemas (sócio-políticos, econômicos e) ambientais da região.

Parte-se, conforme enfatizado anteriormente, do pressuposto de que uma compreensão histórica, sobretudo local, permite uma reflexão sobre acontecimentos passados e rumos tomados pelas sociedades em determinados contextos. De tal modo, defende-se que a utilização da História Ambiental como instrumento de análise possibilita a evidência de rupturas e continuidades nos processos sociais, o que permite um melhor entendimento do presente como reflexo de ações passadas, assim como, a (re)significação e relativização de problemas ambientais contemporâneos no tempo. É assim, facilita a definição de caminhos mais sustentáveis a se tomar.

6. REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. Referências bibliográficas do Nordeste seco. **Estudos Avançados**, v.13, n.36, 1999.

ANDRADE, Á. A. X.; SILVA, G. B.; ANDRADE, N. A. X. O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO E SEU REFLEXO NA HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: O PNAE EM BOQUIRA-BA. **Revista Extensão Rural**. Santa Maria, v.22, n.2, abr./jun. 2015.

BUIJS, A. **Public Natures**: social representation of nature and local practices. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia). Wageningen University. Alterra, Wageningen, UR.

BURITI, C. O.; AGUIAR, J. O. (2008) Secas, migrações e representações do semi-árido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do nordeste brasileiro. **Revista Textos e debates UFRR**, edição online, v. 1, n. 15. Disponível em: <http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/747>. Acesso em 10 de julho de 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Universidad de la República (Uruguay) e Universidade Federal de Santa Maria. **Extensão e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria, 2006.

CARVALHO, E. B.; NODARI, E. S. **Rememorar o sertão**: a percepção ambiental de lavradores no "sertão" paranaense. UFSC, Santa Catarina, 2007. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/abho4sul/pdf/Ely%20de%20Carvalho_%20Eunice%20Nodari.pdf . Acesso em 2013.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C.; MOREIRA, G. G. (2009) Políticas públicas para meio ambiente no semi-árido brasileiro. Regressão Logística com o Modelo PER. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 12, p. 67-84. Disponível em: http://www.redibec.org/IVO/rev12_05.pdf . Acesso em outubro de 2015.

CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M.G.L.; CAMPOS, J. N. B. **A questão da água no semiárido brasileiro**. Departamento de Engenharia Rural, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-811.pdf>. Acesso em 2012.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Editora da UFSC, 3ª edição. Florianópolis, 2007.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três (Biblioteca do Estudante), 1903.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história da destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais IN. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (orgs.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas, SP. Papirus (Coleção turismo), 1997.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Sao Paulo: HUCITEC, 2001.

FERREIRA, L. C. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

GARCÍA, E. **El Tampolin faustico**: ciencia, mito y poder en el desarrollo sostenible. Colección Gorgona, Ediciones Tilde. 1ª edición, Valencia, 1999.

INGLÓD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihoods, dwelling and skills. ROUTLEDGE, Taylor and Francis Group. London and New York, 2002.

IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. (2013) **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Companhia das letras, 7ª Ed., São Paulo, 2012.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1998.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo : Hucitec, 2000.

MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades São Leopoldo, 2007.

MIRANDA, R. M. Questão agrária em Ibicoara-BA: antes e depois da barragem do apertado. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, 2012.

OSTROM, E.; POTEETE, A. R.; JANSSEN, M. A. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo, Editora SENAC, 2011.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

PEREIRA, M. C. N.; SAITO, C. H. (2010). **A geopolítica e as ilusões sobre a democracia e participação social na gestão de recursos hídricos: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu (BA) como estudo de caso**. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro5/.../GT9-130-73-20100808085334.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2012;

PROJETO GEOGRAR. UFBA. Disponível em: www.geografar.ufba.br/. Acesso em 2012.

PIETRAFESA, J. P.; SILVA, S. D. **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

RIBEIRO, M. A. **Tesouros da Índia para a civilização sustentável**. Belo Horizonte, Rona Editora, 2003.

SANTOS, A. C. V. R. **As naturezas de Freyre: natureza e ecologia em “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UNICAMP, Campinas, SP.

SANTOS, T. R.; GERMANI, G. I. **Disputas pela mediação da luta na terra na Bahia: O caso do Assentamento Caxá – Marcionílio Souza (BA) – 1984-2010**, 2010. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/c470692575a393237d2056702bfa2b76.pdf>. Acesso em 2012.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SILVA, R. M. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós Graduação da Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, T. A. A. O pensamento ambiental de Gilberto Freire: Contribuições para uma ecologia dos trópicos. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém - PA – Brasil, 2012.

SOUSA, M. S. R. **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**.

2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudança de atitude em relação às plantas e animais, 1500 - 1800. 3ª Ed. São Paulo: Campanhia das Letras, 1996.

VELHO, O. B.; INGOLD, A. Passos na construção de um paradigma ecológico. **Revista Mana**, v.7, n.2, p.133-140, 2001.

VELLOSO, T. R. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional**: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (**DNOCS**). 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.